

SESSÕES DO PLENÁRIO

1ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 9 de fevereiro de 2021. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 16h30, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Lula. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 24.032/2020, oriundo do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a alienar bem imóvel de domínio do estado da Bahia que indica e dá outras providências; Projeto de Lei nº 24.033/2020, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 9.433 de 1º de março de 2005 e dá outras providências; e Projeto de Decreto Legislativo nº 2.930/2021 da Mesa Diretora, que renova o reconhecimento pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos que indica para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestações de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador inscrito no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Boa tarde, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Quero parabenizá-lo pela condução desta sessão, Sr. Presidente. É o momento inicial, é a minha primeira sessão depois que V. Ex.^a assumiu a condução dos trabalhos, queremos desejar toda a sorte e uma trajetória de afirmação da democracia nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu ocupo esta tribuna hoje, fundamentalmente, para tratar de uma situação que está ocupando um espaço muito grande na imprensa da nossa Bahia, especialmente na cidade do Salvador, relacionada ao projeto do chamado monotrilho, a ser implementado no Subúrbio Ferroviário de Salvador chegando até a Calçada, cortando todo o Subúrbio Ferroviário e chegando até o bairro da Calçada.

É um projeto que visa implementar um modal que não tem nenhuma correspondência com a propaganda oficial do governo hoje. O governo diz que o modal é um transporte similar a um transporte... passou a chamar isso de um transporte sobre trilhos – seria similar a um transporte sobre trilhos. Antes estava falando de VLT de maneira genérica, e a população achando que seria sobre trilhos. E o projeto, em verdade, vai retirar os trilhos de toda essa região. O projeto prevê a intervenção, a afirmação desse novo modal.

E chama a atenção, Sr. Presidente, e demais deputados e deputadas, o clamor da população da região, que é uma população que, especialmente, utiliza os trens. É uma população que tem uma renda muito baixa e que precisa da utilização do trem, inclusive, para viabilizar a sua atividade laboral.

Nós vamos ter uma alteração de mais de 800% no valor da tarifa. As pessoas deixarão de, num movimento de ida e volta, pagar R\$ 1,00 para passar a pagar R\$ 8,40. Então, mais de 800% de alteração. Assim como, precisarão fazer via transporte rodoviário.

Quem conhece, Sr. Presidente – eu sou morador do Subúrbio Ferroviário e sei como os transportes rodoviários aqui, eles transitam de maneira superlotada. Imagine esses dois elementos juntos, num momento em que temos, especialmente, o fim do auxílio emergencial, com todas as dificuldades de sobrevivência do nosso povo e mais essa carga pesada, que fez com que o Brasil saísse de uma situação de, mais ou menos, 4,5% de pessoas em situação de extrema pobreza para pular para mais de 12% com a suspensão do auxílio emergencial?

E, nesse contexto de pandemia, se tem a suspensão do funcionamento do trem, obrigando as pessoas a superlotarem outros transportes coletivos, quando estamos nesse processo em que a pandemia agrava terrivelmente a sua disseminação e quando a situação está extremamente arriscada com a nova cepa

que já chegou à Bahia. Então, Sr. Presidente, quero revelar o clamor da população do Subúrbio, que já está se colocando em manifestações. Hoje, já foi feita uma manifestação do bairro de Plataforma...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) praticamente – só para concluir, Sr. Presidente – pedindo socorro. Pedindo socorro às autoridades que têm a mínima sensibilidade para que intervenham, para que o governador Rui Costa suspenda o início desse projeto que está marcado, agora, para o dia 15.

A partir do dia 15, nós poderemos ver o governo obrigar a população a pagar uma tarifa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) 800% mais alta, apinhar e encher ainda mais os transportes coletivos nesse contexto tão cruel da pandemia.

Peço, aqui, um socorro aos demais deputados e deputadas, que intercedam para que esse absurdo, a partir do dia 15, não se efetive contra a vida do povo do Subúrbio Ferroviário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, conforme já acordamos anteriormente com o deputado Sandro, nós utilizaremos o último tempo para a manifestação do Governo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Sandro, nobre líder da Minoria, vai usar o tempo também, deputado? Deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Deixe o penúltimo tempo para a gente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Patriotas/PSL/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar Avante/PSB/PL para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar DEM/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Com a palavra o deputado Sandro.

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está ruim o som. A internet...

(A Sr.^a Manuela Braga: Está ruim a internet dele. Não, é Sandro de novo.)

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Sandro. Falhou um pouco a conexão da internet.

O Sr. Sandro Régis: Está escutando?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora, sim.

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro, dá para fechar o vídeo para ver se melhora? Peço desculpas pela internet, que está caindo, está um pouco ruim. Deputado Sandro, se V. Ex.^a pudesse repetir.

O Sr. Sandro Régis: O deputado Prisco falará por 5 minutos e o deputado Tiago Correia falará por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Prisco, pelo tempo de 5 minutos.

Deputado Prisco não se encontra, caro líder. Posso passar para o deputado Tiago?

O Sr. Sandro Régis: Pode passar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia pelo tempo de 6 minutos. Microfone aberto.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde, nobres colegas, funcionários da Assembleia Legislativa e telespectadores que nos acompanham por meio das redes sociais e da *TV Assembleia*. Queria iniciar minha palavra, Sr. Presidente, abordando um assunto que vem sendo tratado, tanto pela sociedade como por nós da classe política. Nós vimos algumas reuniões de prefeitos e de integrantes do governo do estado tratando do assunto do retorno às aulas no estado da Bahia, um dos poucos estados que ainda não tem um cronograma definido de retorno às aulas.

Nós entendemos que essa pauta é urgente. É uma pauta que impactará toda a sociedade baiana nos anos futuros, inclusive, com prejuízos que não podem ser calculados. Não temos como mensurar os prejuízos que a defasagem dos alunos baianos frente aos demais alunos dos outros entes da federação pode causar, Sr. Presidente. E vemos esse assunto ainda sendo tratado com certo melindre, pois o governo não se posiciona. Nós vemos os decretos sendo adiados, o retorno às aulas sendo adiado.

No entanto, há diversas manifestações da sociedade civil buscando apoio, não só dos deputados, mas, muitas vezes, buscando apoio direto dos prefeitos, para que tomem alguma providência. Acho que esse assunto não está sendo tratado da maneira como deveria. Nós precisamos nos posicionar. Esta Casa precisa se posicionar. Não é estabelecer o retorno às aulas para amanhã nem para depois de amanhã, mas estabelecer um cronograma, estabelecer os critérios, estabelecer de que maneira as aulas retornarão: se vai ser de maneira mista, se vai ser de maneira integral, se as entidades de ensino privadas ou particulares que já se adequaram aos protocolos podem retornar ou não. Na verdade, o que existe é um silêncio que vem deixando toda a sociedade baiana muito preocupada com o assunto que talvez deveria ser a maior preocupação de todos nós que é a educação.

Queria reafirmar aqui o nosso posicionamento e trazer esse debate a esta Casa, trazer inclusive profissionais de saúde para que pudéssemos debater. Trazer os exemplos que vêm sendo realizados nos outros estados, inclusive em alguns municípios dissociados da orientação do estado. Mas não dá mais para esperar um posicionamento e uma definição de retorno, quando nós já tivemos o ano letivo de 2020 totalmente prejudicado. Como eu falei, um prejuízo que não tem como se calcular. Nós só vamos sentir isso provavelmente quando esses jovens se tornarem profissionais e forem buscar o mercado de trabalho. E aí, sim, esse assunto, que passa hoje lá no futuro, vai ter passado há algum tempo e vai, de fato, interferir na vida dessas pessoas, na vida de toda a sociedade do nosso estado, que já enfrenta números amargos no quesito educação.

Então, eu venho convidar todos os colegas... Não queria nem que ninguém se manifestasse a favor do retorno ou contra o retorno, mas acho que temos de debater um cronograma de retorno, seja ele qual for, o governo precisa apresentar isso, as escolas precisam se adequar. Existem escolas particulares de pequeno porte que estão fechando, literalmente, Sr. Presidente, porque não existe matrícula, não existe previsão de retorno, então as crianças não estão se matriculando. Essas escolas têm funcionários, têm aluguel, têm contas para pagar, têm toda uma cadeia envolvida: transporte escolar, transporte escolar público, alimentação. Enfim, são diversos pontos que precisam ser preparados e quando não existe nenhum tipo de ideia, nenhuma sinalização, todo mundo está inerte, todo mundo está parado. Principalmente os pais e os alunos que estão em casa, muitos sofrendo abuso sexual, como já vimos na imprensa, muitos sendo levados ao mundo das drogas nos bairros mais carentes, muitos nas ruas se encontrando, socializando e de fato não estão sequer cumprindo os protocolos de saúde de manutenção do distanciamento.

Nós entendemos que a escola vai além da educação, tem todo um convívio social desses alunos. A alimentação dos alunos, principalmente da rede pública, que têm na escola a sua maior fonte de alimentação quando recebem as suas refeições diárias, estão em casa, muitos sofrendo da carência por alimentação balanceada. Então são diversos pontos que precisam ser entendidos e discutidos e nós não podemos nos fazer ausentes desse debate, não podemos aqui jogar conversa ao vento por conta de que não existe vacina para todo mundo ainda, porque não existe condição de imunizar todo mundo. Mas nós precisamos definir um protocolo, um protocolo que seja claro para, como eu falei, que os municípios do interior possam se organizar nas suas redes municipais de ensino, para que as pequenas escolas particulares possam se organizar, possam se adequar ao protocolo. Porque quando o governo, em algum momento em que ele considerar que será hora de divulgar esse protocolo, esse retorno, as escolas não vão conseguir se adequar, Sr. Presidente, da noite para o dia...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Para concluir. Não vão conseguir se apresentar da noite para o dia. Os pais não vão conseguir se organizar, inclusive, como eu falei, para contratar o transporte que vai levar o filho, para comprar livros, para, enfim, organizar toda essa cadeia que envolve a educação e nós precisamos, sim, entrar nesse debate e é urgente que um cronograma de retorno seja apresentado seja ele qual for, Sr. Presidente. Essa é a posição deste parlamentar.

Muito obrigado. São essas as minhas palavras.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado líder, deputado Sandro Régis, V. Ex.^a quer substituir o tempo do deputado Soldado Prisco?

Deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Paulo Câmara falará no lugar do deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Paulo Câmara pelo tempo de...

O Sr. Sandro Régis: Deputado Paulo Câmara, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Paulo Câmara. Está aí?

Deputado Paulo Câmara, está pronto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Paulo Câmara está sem internet, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, é o wi-fi da Casa, porque eu também estou aqui na Casa e está muito ruim a internet, viu?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu soube aqui que não é o da Casa, não. É o dos senhores. V. Ex.^a está na Casa?

O Sr. Sandro Régis: Paulo está no gabinete dele e eu estou na liderança da Minoria, que brevemente será Maioria. Não conseguiu, não?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ainda não. Eu vou dar prosseguimento e a gente inverte sem problema. Pode ser?

O Sr. Sandro Régis: Claro! Está bom. Claro, claro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Roberto Carlos.

Questão de ordem do deputado Samuel Junior.

Deputado Samuel.

Eu acho que estou sofrendo um boicote aí, na primeira sessão que eu presido. Vou descobrir quem é que está me boicotando. Não consigo ouvir.

Deputado Samuel.

Microfone fechado, Samuel.

Agora, Samuel.

Deputado Tiago, V. Ex.^a está me boicotando? Deputado Tiago, está tirando a internet?

O Sr. Tiago Correia: De jeito nenhum, presidente. Minha internet está aqui 100% funcionando, eu acho que alguns colegas podem estar aí apresentando problema na rede 3G das suas operadoras, mas eu me encontro aqui no gabinete falando, utilizando a rede do celular e está perfeito, aqui, o microfone, acompanhando na *TV Câmara*, também, funcionando 100%, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. O deputado Roberto Carlos está na tela. Vou passar a questão de ordem para ver se ele consegue fazer.

Deputado Roberto.

O Sr. Roberto Carlos: Meu presidente, primeiro, eu quero lhe parabenizar como você encaixou bem aí como presidente da Assembleia Legislativa. O primeiro dia, dizem as pessoas, que o primeiro dia marca muito a gente em todas as coisas.

Então, também, hoje é um dia muito especial para você, presidente, para V. Ex.^a e certamente para todos que torcem por você, como eu. Torço por você, para que dê tudo certo e parabéns pela Presidência da Assembleia Legislativa.

A minha questão de ordem, presidente, é com relação ao projeto do Palácio dos Esportes. Hoje me pegou de surpresa esse projeto, porque eu não tinha conhecimento, não estudei o projeto, não tenho condições de votar o projeto hoje, porque eu não o conheço. Eu represento o esporte, sou um dos representantes do esporte na Bahia. A Federação Baiana de Futebol, hoje detentora da posse do prédio que ora está em discussão, tem cerca de 300 filiados de ligas amadoras funcionando naquele prédio, como também os times de futebol profissional. São mais de 100 times de futebol profissional tanto da primeira divisão como da segunda divisão, além das ligas amadoras que têm sua sede lá naquele prédio. E de maneira assim, surpreendente para mim... hoje eu vi pela manhã, tentei falar com as pessoas responsáveis, mas não consegui e aí eu estou realmente querendo vista do projeto de hoje. A minha questão de ordem é para pedir vista do projeto do Palácio dos Esportes, que vamos discutir na votação hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Roberto, esse projeto foi publicado desde o dia 10 de dezembro. Deputado Roberto, você me ouviu?

O Sr. Roberto Carlos: Realmente, eu não tinha conhecimento, tive conhecimento hoje e como as coisas estão mais difíceis, porque nós não estamos fazendo sessões presenciais, eu só tive conhecimento hoje, Sr. Presidente, por isso eu estou invocando essa questão de ordem para pedir a V. Ex.^a vista do projeto para que eu possa votar com mais segurança, porque até o momento, digo a V. Ex.^a, que não tenho nenhum conhecimento do projeto por isso eu não tenho condições de votar esse projeto hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Roberto, vou passar a palavra... Deputado Rosemberg, quer usar a palavra?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu vou usar o tempo do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, porque eu tenho outras questões de ordem ainda, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Com relação à questão de ordem do deputado Roberto Carlos, eu entendo a sua preocupação, também recebi por parte de representantes da Federação Baiana de Futebol, mas expliquei a eles que eventualmente não poderia mais pedir vista, em função do Regimento da Casa, expliquei para eles... (Interferência na conexão)... Deputado Roberto Carlos, o presidente da federação já se sentou com o governador, com todas as outras federações, acertou o local. O que ele questiona é que o documento ainda não está assinado, e precisa ser assinado o documento. Mas daí a gente duvidar da palavra do governador...

Eu disse isso para os representantes da federação, porque eles entenderam que estava tudo o.k., que não tinha nenhum problema em votar, tanto que o deputado Bobô fez contato com o representante da federação, o deputado Robinson Almeida também fez contato, e agora eles querem pedir vista apenas sob a ótica de que é preciso, primeiro, assinar um documento para cessão do espaço, quando a cessão do espaço já está cedida. É preciso fazer algumas adequações, mas isso não quer dizer que eles vão ter que sair do Palácio hoje, ou seja, tem tempo suficiente.

Nós já conversamos com ele, ele entende a preocupação de V. Ex.^a, mas, do ponto de vista do pedido de vista, nós não estamos debatendo ainda o projeto, porque ainda não está na Ordem do Dia. Mas no momento exato, no pedido de vista, eu estou alertando que regimentalmente não vai poder.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou conceder o tempo ao deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, está ouvindo bem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, agora, deputado Paulo.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, primeiro, desejar sucesso e sorte aí nesse novo biênio, que V. Ex.^a possa permanecer com a Casa ativa, fazendo as reformas necessárias, administrativas, e conduzindo a Assembleia Legislativa cada

vez mais no anseio das necessidades da população.

Mas, Sr. Presidente, o nosso deputado e colega Tiago Correia já tocou no assunto, é um assunto que vem, repetidamente, sendo tocado no anseio da população: a questão da educação na Bahia. É fato, é concreto que o governo do estado da Bahia nunca priorizou a educação. Isso está claro para mim. Ele pode priorizar outras coisas, menos a educação, porque o estado da Bahia foi o único estado da Federação que não teve aula virtual em 2020. Isso é uma vergonha nacional! Isso é uma vergonha nacional! Isso é falta de planejamento.

Hoje eu estava assistindo, ouvindo a entrevista da Dr.^a Cíntia Guanaes na rádio *Metrópole*: como é que a aula letiva dessas crianças, desses jovens, 2 anos consecutivos, vai ter 2021 e 2022... como é que vai ser isso?

Isso é uma vergonha para o nosso estado. E a Assembleia Legislativa, a Comissão de Educação não fala nada. É o que eu sempre digo: esta Casa é reboque, esta Casa é o anexo, esta Casa aqui só serve para dizer “amém” ao governo do estado, quando, sobre um fato tão importante como esse, ninguém abre a boca para falar. Ou todo mundo está satisfeito porque a Bahia hoje é a vergonha nacional porque não teve aula virtual? O que dizer dos jovens que estão sendo cooptados aí pelo tráfico?

Fiz um vídeo recentemente, agora, no domingo, 5 pontos precisos, eu quero ouvir alguém contestar. A depressão aumentou entre os jovens e as crianças. As crianças que têm necessidades especiais regrediram, ou não. A janela de aprendizagem, jovens que tinham que aprender ano passado e, conseqüentemente, terão muito mais dificuldades; jovens que foram cooptados pelo tráfico; a evasão escolar... A merenda escolar, as pessoas sabem que às vezes, para os jovens, para as crianças na escola, a merenda é a única alimentação que se tem, e o governo do estado da Bahia não diz absolutamente nada, sequer prevê uma data. Vai apresentar agora um plano, quarta ou quinta-feira, você sabe por quê? Porque não tem condições, não tem condições, está tudo voltando ao normal.

Inclusive, até queria pedir uma coisa ao senhor, presidente: quem pudesse estar no Plenário... Eu gostaria de estar no Plenário agora, fazer sessão mista, quem estiver em casa fica, mas quem quiser ir para o Plenário, vá.

Não dá para dizer que a vida não está voltando ao normal! Precisamos respeitar o protocolo, precisamos ter todo o cuidado, mas aquelas escolas que já têm todo o seu planejamento apresentado, que vão passar pela vigilância da prefeitura e do governo do estado, precisam abrir!

Não dá mais para ver tanto jovem e tanta criança sem fazer nada! Ou vai me dizer que essas crianças e jovens estão dentro de casa? As crianças da periferia estão no “paredão”, estão lá no tráfico de drogas, estão nas praias, quando deveriam estar na escola. Agora, sabe por que não estão? Porque o governo do estado, através da sua incompetência, não preparou nenhum plano. E aí a Bahia, olha, carimbada mais uma vez. Já tinha em 2019 esse título de não ter atingido a meta, de ter o terceiro pior índice do país; em 2020, a gente recebeu esse troféu para a Bahia, que nos envergonha. Eu, pelo menos, enquanto cidadão, enquanto filho de professor, neto de professor, minha mãe é professora da Universidade Federal, minha mãe foi

professora aposentada do município de Salvador, sei qual é a importância de um professor na vida de um aluno.

Se os senhores perceberem, Sr.^{as} e Srs. Colegas Deputados, pegarem a estatística de outros estados, verão como aumentou o índice de violência doméstica contra essas crianças, verão quantos jovens, quantos adolescentes estão sendo abusados no silêncio de suas casas, sem ter o que fazer. E é na escola, através do diretor, através de um professor que tenha sensibilidade que se consegue identificar.

Portanto, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eram essas as minhas colocações. E mais uma vez, Sr. Presidente, sucesso neste novo biênio.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado Paulo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou passar a palavra para a deputada seguinte, a deputada Fabíola Mansur, para fazer a sua questão de ordem.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Me ouvem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, sim.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, primeiro saudar esta sessão presidida por V. Ex.^a após a instalação das comissões, minha questão de ordem é para corrigir algumas desinformações dos colegas que me antecederam.

Em primeiro lugar, a Comissão de Educação, logo após a sua instalação, na semana passada, e pautada pelo governador Rui Costa, se colocou, com todos os seus membros convidados, inclusive a sua vice-presidente, deputada Talita, numa reunião conjunta com os dois secretários de Saúde (secretário Fábio e o secretário Léo Prates), os dois secretários de Educação (secretário Marcelo Oliveira e o secretário Jerônimo) e com a UPB, ali representada exatamente apenas para “consensuar” os protocolos e rotinas já existentes, para planejar datas para o retorno presencial, com segurança, às aulas, de forma que a Comissão de Educação apenas há 2 dias de sua instalação participa efetivamente.

Inclusive, hoje, tivemos uma reunião ampliada com representantes de secretários de municípios, onde esses protocolos, Sr. Presidente, “consensuados” no calendário letivo, tiveram três propostas de calendário letivo para que não haja a perda do ano letivo. Conseguiu-se em um currículo contínuo, 2020 e 2021, que eles sejam tratados numa agenda pedagógica consensuada, com o apoio de todos os municípios, garantindo-se, no entanto, protocolos e rotinas sanitárias mínimas. Todos nós defendemos o retorno presencial às aulas com segurança, mas, efetivamente, temos que acordar esses protocolos.

Tivemos hoje uma excelente reunião, que se desdobrou em duas outras. E nós vamos apresentar, na quinta-feira, quais são as rotinas. Essas rotinas, no entanto, dependem de indicadores, sim, “consensuados”, indicadores que determinam a estabilidade do número de óbitos, a estabilidade do número de internados. E todos nós defendemos um sistema híbrido, esse sistema já está previamente acordado, inclusive. Isso é uma notícia que nós trazemos, um sistema no qual teríamos de forma alternada as segundas, quartas e sextas para 50% dos alunos; e terças, quintas

e sábados para os outros 50%, tendo também alternância de material presencial e material remoto, isto é, no contraturno, material pedagógico para os alunos.

Estamos também com uma reunião marcada para quinta-feira com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas do Estado, com a Defensoria exatamente porque passamos o 2020, tanto as secretarias municipais quanto as secretarias estaduais, construindo protocolos de como voltar. Essas rotinas sanitárias são rotinas empregadas internacionalmente, elas são básicas, o uso de máscara, distanciamento de 1 metro e meio, mas também temos a preocupação e indicamos ao governador que pudesse alterar o Plano Nacional de Imunização para garantir a imunização dos trabalhadores da educação, que está ainda prevista para a quarta fase.

Nós queremos o retorno às aulas com segurança para todos, temos isso baseado em dados epidemiológicos, trabalhando saúde e educação, de forma que todos nós não podemos colocar uma antítese entre quem quer o retorno às aulas e quem não quer. Na verdade, estamos trabalhando, a comissão está extremamente atuante. Nós vamos ter uma reunião na quinta-feira, de novo, com o governador Rui Costa e o prefeito Bruno Reis, então eu quero corrigir essa desinformação.

Na verdade, a Bahia orgulha a gente por ser o segundo estado com a menor taxa de letalidade da Covid, o segundo estado com a maior velocidade de vacinação. E se nós temos desigualdades, e essas desigualdades foram proeminentes, desigualdades, por exemplo, digitais, nós também tivemos acesso a um trabalho feito pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), que mostrou que muitos municípios conseguiram informar os seus estudantes, conseguiram cumprir carga horária com o acesso remoto. Muitas coisas foram feitas pelo governo da Bahia, a exemplo da *TVE*, com o Educa Mais Bahia, e da própria *TV Assembleia*, que conseguiu levar conteúdos pedagógicos remotos.

O que eu acho é que nós temos de ter uma grande agenda colaborativa para retornar. E todos nós queremos o retorno em massa, mas queremos com testagem, queremos com vacinação. Estamos muito próximos de conseguir isso. Acredito que, com a Bahia estando nos níveis estáveis, nós já vamos sinalizar com algum retorno inicialmente remoto e depois presencial, nesse sistema híbrido, de modo que o governo do estado está atuante, e essa comissão, que não é puxadinho do governo do estado, é uma comissão que dialoga com o sindicato dos professores, que dialoga com a sociedade civil.

Nessa tarde, a gente vai ter uma reunião com o sindicato das escolas particulares, mas a gente tem que ter um retorno, porque o direito à educação é também um direito constitucional. A gente concorda com o deputado Paulo Câmara. Nós não podemos aprofundar essas desigualdades, não podemos aprofundar a violência que tem ocorrido – crianças no tráfico, crianças abandonadas –, mas nós temos que fazer esses consensos que foram trabalhados arduamente. Parece que as pessoas ficaram paradas no ano de 2020, e isso não é verdade. Tem consensos que estão sendo apenas afinados, que estão plenamente acordados com os secretários municipais, inclusive com o prefeito Bruno Reis e o nosso governador Rui Costa.

De forma que os membros da comissão tiveram uma reunião na quinta-feira, vamos ter uma nova reunião depois de amanhã, para apresentar esses consensos para a retomada segura, presencial das aulas, de modo a garantir os direitos educacionais e a não perda do ano letivo.

Eu queria levar isso porque eu acho que em tempo recorde nós conseguimos debater esse assunto, Sr. Presidente. E o senhor é convidado para junto com essa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) comissão, na quinta-feira, fazer parte, e a Assembleia também recepcionar esses consensos que foram feitos a várias mãos, independentemente de questões partidárias. Eu tenho certeza de que na educação a Bahia também será pioneira em conseguir um retorno, garantindo segurança, garantindo a vida...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) da classe dos trabalhadores da educação e também a qualidade do aprendizado.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente. Muito obrigada e desculpe se me alonguei um pouco no tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sem problema. Deputado Angelo. Com a palavra o deputado Angelo.

O Sr. Angelo Almeida: Boa tarde, presidente. Quero parabenizar os trabalhos sob a sua presidência; saudar os companheiros e companheiras presentes e parabenizar a nossa companheira Fabíola Mansur. Quero dizer, Fabíola, que nós do PSB temos muito orgulho das suas intervenções e da forma como você se dedica e se empenha em tudo que faz. A Assembleia Legislativa da Bahia – não tenho nenhuma dúvida, presidente – está, sim, participando e construindo oportunidades para que a sociedade baiana tenha acesso, com transparência, com clareza, das ações que o governo do estado, liderado pelo governador Rui Costa, tem tomado e levado adiante, a partir das suas várias instâncias.

Por exemplo: embora até sofrendo alguma crítica – porque em duas oportunidades nós não conseguimos quórum na comissão, que é a Comissão Especial para Avaliação dos Efeitos da Covid-19, por questão de ausência de alguns colegas –, o planejamento nunca deixou de funcionar. A Casa... E aqui quero agradecer aos técnicos, eles sabem disso, eu quero então aqui socializar com todos os nossos colegas. Ao mesmo tempo, estender o convite a todos. Já estamos exaustivamente fazendo uma campanha para que se torne o mais amplo possível esse debate.

Portanto, Sr. Presidente, amanhã, às 11 horas, com a transmissão da *TV ALBA*, inclusive pelo *Youtube* e com a transmissão também pelo aplicativo *Zoom*, a Casa e essa comissão – a comissão que nós presidimos, a comissão que avalia os efeitos da pandemia da Covid na Bahia – vão receber o secretário Fábio Vilas-Boas, que confirmou presença, para debater inclusive ações e recursos investidos em 10 meses de pandemia na Bahia. Uma iniciativa do nosso companheiro, o deputado

Paulo Câmara, que, enquanto vice-presidente, fez essa sugestão, que foi acatada pela comissão.

No dia 17, Fabíola, nós estaremos – também aqui na nossa Assembleia Legislativa da Bahia – recebendo a presença, em uma outra audiência pública, do secretário de Educação do Estado. Eu não tenho dúvida, Sr. Presidente... E quero aqui fazer um alerta, porque tenho – a partir do momento em que nos debruçamos nessa tarefa de presidir essa comissão – estudado e procurado adquirir conhecimento para fazer esse debate. Hoje pela manhã, no programa da *Globo FM, Café das 6*, às 6h30min da manhã, tive a oportunidade de, numa entrevista, fazer um alerta. E aqui quero fazer também a todos os companheiros: no mês de dezembro, a chanceler alemã Angela Merkel disse claramente que a questão da Covid-19 no mundo estava apenas iniciando. E, para minha surpresa, dois dias depois, Anthony Fauci, que é o representante do governo americano para assuntos de epidemiologia e que assessora, há cerca de 40 anos, os presidentes dos Estados Unidos da América, fez o mesmo alerta. Logo depois, surgem as variantes – porque não é uma variante só. São variantes, no plural. Então, nós temos que ter cuidado. O governo do estado, como sempre, está sendo prudente.

Para concluir, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, lamentar que – fruto de incompetência, fruto do negacionismo, do obscurantismo – nós atravessamos o ano de 2020 com o presidente da República liderando esse processo contra, literalmente, as ações efetivas para amenizar o problema. Ainda assim, a Bahia se manifestou e se posicionou de forma muito correta na defesa da vida das pessoas. Não à toa, conseguimos manter uma posição na qual, como disse a deputada Fabíola, somos hoje o segundo com menos letalidade.

Sr. Presidente, até ontem, 2 milhões e 300 mil pessoas morreram no mundo inteiro, 232 mil pessoas morreram no país. Isso não é brincadeira. Os professores querem voltar à sala de aula, porém nós temos que ter responsabilidade, enquanto atores e políticos, de cobrar com união – sem fazer esse debate de discutir quem errou mais quem errou menos –, sim, que a vacina chegue. E chegue com uma quantidade suficiente para nós imediatamente dispararmos o processo de vacinar e imunizar os professores e os profissionais que trabalham no sistema educacional brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente. Então, concluindo, quero convidar os colegas para participarem amanhã. O link será disponibilizado para todos. Às 11 horas, uma sessão que será uma audiência pública na Assembleia – promovida pela Assembleia, por essa comissão – com o nosso secretário Fábio Vilas-Boas. E, desde já, quero agradecer ao mesmo por acatar o convite.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado Angelo.

Com a palavra o deputado professor Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, professor.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pois não.

Eu queria, Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex.^a pela condução a essa posição de presidente desta Casa, parabenizar também todos os colegas deputados e deputadas que, de forma madura, chegaram a esse consenso para conduzir V. Ex.^a, de forma unânime, de forma consensual, para que a gente possa superar os grandes desafios deste país e da Bahia, lutando pela democracia, defendendo a igualdade social e, principalmente, Sr. Presidente, ajudando o nosso governador Rui Costa a construir, cada vez mais, um estado no qual as pessoas possam ter acesso à educação, saúde, água, estrada, enfim, melhorar a sua condição de vida, Sr. Presidente.

Portanto, eu queria desejar a V. Ex.^a sucesso e este humilde deputado estará aí trabalhando no Plenário e nas comissões em defesa da nossa Casa Legislativa.

Mas, Sr. Presidente, eu queria rapidamente chamar atenção para o aspecto fundamental dessa conjuntura. Eu iria... na verdade, eu tinha pedido questão de ordem para dialogar um pouco com a preocupação do nobre deputado Roberto Carlos, porque também, aqui em Vitória da Conquista, eu recebi muitas solicitações do ex-presidente Nadinho, dos amigos do futebol amador. Eu, que sou “babeiro”, gosto de futebol, estou aí na segunda divisão com o meu Vitória, mas torcendo para que o Bahia não venha fazer companhia ao Vitória, que o Bahia fique lá. E torcendo também pelos times do interior do estado, Sr. Presidente, mas essa matéria deixarei para adiante.

Mas aproveitando este tempo, rapidamente, presidente, eu gostaria de parabenizar o governador Rui Costa. Rui foi de uma visão estratégica. O Sputnik V – que na verdade não é o Sputnik V, porque a União Soviética lançou o último Sputnik, foi que aquele que levou os animais, a cadela e tal, outras naves, outros satélites, mas é o Sputnik V de vacina –, que Rui acertou em cheio e que vai, se Deus quiser, ajudar o Brasil a sair dessa crise. Parabéns, governador Rui Costa, por sua visão estratégica.

E esse debate que está aí na educação, que está também na saúde, que os nobres deputados Tiago e Paulo Câmara levantaram, na verdade, é a vacina, porque se nós tivéssemos a vacina já há algum tempo, não teríamos esses problemas, estaríamos adiantados. Foi o governo federal que, de forma irresponsável, levou o Brasil a esse caos, Sr. Presidente.

Mas a última coisa que eu queria rapidamente nesta questão de ordem é dizer que dois temas importantes nós temos que tratar urgentemente. O abono especial, ele tem que continuar em âmbito nacional, para não destruímos a vida das pessoas e não aprofundarmos a crise econômica que é profunda. Abono imediato, porque as pessoas precisam, ainda que se negocie esse valor, Sr. Presidente. A Oposição está firme nesse debate.

E a última coisa é que neste momento está em julgamento na 5ª Turma do Supremo Tribunal Federal a suspeição do juiz Moro. Aquele que, infelizmente, trabalhou com a CIA para poder, de forma golpista, condenar o presidente Lula.

Esses temas tomarão conta da nossa agenda: vacina, retomada do crescimento econômico, democracia, participação social e sobretudo uma

Assembleia Legislativa cada vez mais protagonista dos grandes temas nacionais, estaduais e locais, Sr. Presidente.

Parabéns e sucesso na sua gestão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concluiu, professor?

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan Sanches, eu pediria aos nobres colegas que sejam um pouco breves. Muitos deputados pediram questão de ordem. Temos que voltar ao Horário das Representações Partidárias.

Então, pediria aos Srs. Deputados que fossem o mais breve possível.

O Sr. Alan Sanches: Está bom meu amigo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Escuto.

O Sr. Alan Sanches: Quero dizer, especialmente a V. Ex.^a que hoje é a nossa primeira sessão nesta atual legislatura, inclusive, sob a presidência de V. Ex.^a.

V. Ex.^a construiu esse caminho no seu quinto mandato, já não era sem tempo de estar hoje presidindo os destinos da nossa Assembleia Legislativa. Na verdade, presidente, eu queria só pontuar, regimentalmente, uma coisa, para que a gente organizasse mais os trabalhos, porque ontem mesmo eu só soube da sessão... claro que V. Ex.^a pode convocar com 24 horas de antecedência, mas que a gente tentasse combinar com o líder Sandro, com o líder Rosemberg e com V. Ex.^a, para que recebêssemos as informações um pouquinho mais precocemente, e assim pudéssemos nos ajustar.

Como V. Ex.^a falou, esse projeto da desafetação do Palácio dos Esportes já está há algum tempo aqui na Assembleia, mas, às vezes, não foi chamada a nossa atenção e, por isso, os deputados e deputadas ainda não se debruçaram sobre ele. Isso é só para que a gente possa cada vez mais debater os projetos e, de alguma forma, contribuir com os projetos encaminhados, inclusive, pelo Executivo.

Essa seria a minha questão de ordem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Passo a palavra para o deputado Jacó.

Deputado Jacó, pediria um pouco da brevidade de V. Ex.^a.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, colegas deputados, inicialmente, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela sua luta e desejar muito boa sorte nessa tarefa de presidir a nossa Casa. É uma alegria imensa e quero lhe falar da minha satisfação de vê-lo aí nesse lugar.

Queria chamar a atenção da sociedade para a sessão, que está acontecendo em Brasília, que vai julgar a suspeição do julgamento do presidente Lula, que foi vítima de um pecado mortal que está nos Dez Mandamentos, que é o oitavo: não inventar falso testemunho. E o presidente Lula foi vítima de falso testemunho.

Ele foi vítima de uns bandidos chamados Sérgio Moro, Dallagnol, acomodados com a *Rede Globo* e apoiados pela Justiça brasileira, pelo Ministério

Público Federal, pela Procuradoria-Geral da República, que apoiaram um crime feito contra a honra do melhor presidente da República deste país. E assim o prenderam sem provas, como está sendo revelado agora. Tudo combinando: o juiz combinando todo o jogo com os acusadores, com os promotores da Suíça, dos Estados Unidos. Isso é um crime! Nós vamos denunciar, nós não vamos nos calar.

Eu quero ver agora aqueles que foram à tribuna desta Casa, várias vezes, levantar falso testemunho, chamar Sérgio Moro de herói, dizer que era o juiz que estava passando o Brasil a limpo. Quero ver se eles vão ter coragem de agora pedir desculpas ao PT e ao presidente Lula pelas calúnias que foram feitas. Estaremos aqui atentos e, com certeza, vamos aprofundar esse debate nesta Casa.

Mas quero, Sr. Presidente, parabenizar o melhor governador da Bahia de todos os tempos, que é o governador Rui Costa. Entre outras coisas, na dimensão da saúde nenhum governo deste estado, em tempo nenhum, em época nenhuma, investiu tanto quanto ele. Preocupado com a vida dos baianos, está estruturando e avançando na saúde do nosso estado, na defesa do SUS. A prova é o enfrentamento que ele fez ao coronavírus, com muita luta, com muita dedicação. E a Bahia, hoje, é o estado com o segundo menor índice de mortalidade dessa doença. Foi o governador Rui Costa que assinou com os russos a cooperação para trazer a Sputnik, que vai ajudar muito a resolver o problema não só dos baianos, mas de todos os brasileiros.

É um homem sério, honrado, dedicado, que tem compromisso com os baianos e as baianas. Quero aqui, Sr. Presidente, registrar a minha alegria, a minha satisfação de estar ao lado desse governador.

Por fim, quero saudar, Sr. Presidente, permita-me, o novo líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que elegemos hoje de forma harmoniosa, o deputado Osni, que vai representar a nossa bancada nestes próximos 2 anos.

Sr. Presidente, um forte abraço. Estamos juntos nessa caminhada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado Jacó.

Passo a palavra ao deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: O.k., Sr. Presidente.

Eu me inscrevi, Sr. Presidente, para tratar desse tema da educação. Não poderia deixar de me pronunciar, tendo em vista a trajetória que construímos aqui. O nosso mandato, entre outros temas, sempre afirmou, prioritariamente, a dedicação à questão da educação no estado da Bahia.

E quero relembrar à presidenta da Comissão de Educação que votei nela para estar na Mesa Diretora; prometi o meu voto e cumpri. Portanto, não existe nenhum problema em voltar à relação que estabelecemos. A presidenta tem uma trajetória de afirmação do funcionamento dessa comissão.

Mas nós queríamos aqui, Sr. Presidente, marcar o nosso protesto. Em momento nenhum, fui convocado para essa reunião que aconteceu com o governo do estado para discutir a questão da volta às aulas na Bahia. Todos sabem da nossa dedicação a esse tema. Sabemos também das dificuldades de funcionamento da Casa, seja das sessões em geral, seja, principalmente, das comissões, que de forma

nenhuma foram constantes no ano de 2020. Mas eu não poderia deixar de registrar aqui que nós vamos precisar azeitar os nossos mecanismos de formatação para que os deputados e as deputadas, que se dedicam a essas questões, possam, de fato, dar a sua contribuição efetiva.

Gostaria muito de ter participado dessa reunião. Não posso avalizar qualquer sentido de acordo, de consensualização em relação a qualquer tema que tenha sido abordado nessa reunião, já que ela aconteceu sem a presença de um dos representantes deste Parlamento dedicado a essa questão. Então, gostaria que a partir de agora viéssemos a dar mais atenção à condução dessa comissão, buscando o envolvimento do conjunto dos deputados.

Concordo, no entanto, que a situação é extremamente difícil. Nós estamos tendo de reconhecer que essa educação tradicional, fechada numa sala de aula... (Interferência na conexão)... é feita num espaço de confinamento.

Essa é a realidade. É você ter um grupo de pessoas que está entre quatro paredes. Inclusive, nas escolas mais bem estruturadas essas salas têm ar-condicionado, com os alunos respirando ali em torno de 4 horas por dia. Pode até ter o período das aulas diminuído, mas sempre vai ser um período de horas.

A gente viu aí o que aconteceu na rede particular de São Paulo, no Colégio Marista, que tem uma estrutura material, inclusive de pessoal, invejável. Não concordo com a concepção pedagógica, mas, do ponto de vista material e de pessoal, é uma estrutura considerada... (Interferência na conexão.) ... Pois bem, esse colégio voltou a funcionar, constatou a disseminação do vírus em várias salas de aula e teve de fechar rapidamente.

O próprio protocolo da cidade de Salvador, que foi oferecido pela prefeitura e está sendo apresentado, prevê que, ao se localizar a suspeita de algum estudante ou professor infectado pelo coronavírus, as aulas naquela turma devem ser suspensas imediatamente e os alunos e os profissionais devem entrar em quarentena.

Então, a situação é extremamente complexa. Nós não podemos fazer um discurso aqui como se a ameaça à vida estivesse declinando no nosso país e no estado da Bahia. Pelo contrário, ela está numa trajetória ascendente. Os números de hoje têm uma possibilidade muito real de se agravarem, especialmente com a nova cepa que foi constatada na Bahia, vinda de Manaus.

Precisamos fazer essa discussão, já que a comunidade escolar está sob risco com a volta das aulas presenciais. O governo do estado já havia apresentado um documento com diretrizes para a volta às aulas presenciais, mas acredito que não é possível fazer nenhum debate sobre esse tema sem que nós tenhamos respondido à questão da vacinação dos profissionais e de uma parte significativa do público que está nas escolas. Se não for dessa forma, reforçaremos uma perspectiva, a meu ver, sem sustentação de volta às aulas, na contramão da defesa da própria vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José de Arimateia.

O Sr. José de Arimateia: Pois não, Sr. Presidente. Está me ouvindo, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, eu recebi aqui uma comunicação muito preocupante... (Interferência na conexão.) ... de Feira de Santana. No mês de dezembro, o governo do estado publicou no *Diário Oficial* a cessão do espaço do horto florestal da Uefs para a construção da sede do Tribunal de Justiça da Bahia em Feira de Santana, Sr. Presidente.

A área desse horto florestal da Universidade Estadual de Feira de Santana é de 12 mil metros quadrados. O governo do estado está dando a concessão de 8 mil metros quadrados para o Tribunal da Bahia.

Por isso, como presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, estou protocolando, e, aqui, eu gostaria de ler este ofício ao governo do estado para que ele dê as seguintes explicações.

(Lê) *“A Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa – ALBA, considerando suas funções e prerrogativas institucionais e visando propor encaminhamentos e soluções para os muitos desafios ambientais no Estado da Bahia e o bem do povo, vem mui respeitosamente solicitar do Exm.º Governador do Estado da Bahia, Senhor Rui Costa, que considere outras alternativas para a implantação e construção da nova sede do Tribunal de Justiça do Estado, que não os 8.000m² (oito mil metros quadrados) na área onde atualmente se encontram as instalações do Horto Florestal da Universidade Estadual de Feira de Santana*

Nosso posicionamento se fundamenta na imprescindível necessidade deste horto para a edificação do conhecimento científico de Feira de Santana e do Estado da Bahia pela UEFS, destacamos: (...)”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante vocês estarem sabendo disso. Há pouco, o deputado Paulo Câmara usou com muita propriedade, e falou que o governo do estado não tem compromisso com a educação. Não tem.

Então, dentro deste ofício que nós estamos encaminhando, por exemplo, há a importância do horto florestal.

(Lê) *“a) Experimentos acadêmicos relacionados a área florestal e botânica com forte influência na formação do conhecimento científico dos alunos, professores e toda a comunidade científica do Estado da Bahia. Trata-se de conhecimento e oportunidade perdida para o progresso de nosso estado.*

b) Plantio, guarda e multiplicação do material genético de espécies nativas da Caatinga Mata atlântica, e até de outros biomas, de grande importância para garantir o uso em médio e longo prazo desses recursos naturais incluindo princípios ativos ainda desconhecidos;

c) Banco de material genético com grande utilidade para implantação de planos de revegetação e recuperação de áreas degradadas, incluindo margens de recursos hídricos e recuperação de solos, que são a base da produção de água e alimentos.

Citamos apenas alguns aspectos que, de imediato, nos chegam ao pensamento, embora saibamos que outras funções fundamentais para o conhecimento

científico advêm das atividades do Horto/UEFS, e contribuem para a edificação de um futuro melhor para os baianos. (...)”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. José de Arimateia: Para concluir, Sr. Presidente.

(Lê) “Isto exposto, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente Seca e Recursos Hídricos da ALBA, solicito uma reunião o mais breve possível, podendo ser nas instalações da própria Governadoria, ou outro local de vossa escolha, em dia e hora compatíveis com a sua agenda (...)”

Eu gostaria de, também, dizer que é importante o presidente da Comissão de Educação da nossa Casa, da Assembleia Legislativa, estar presente, como também o coordenador do Horto Florestal da Uefs, o reitor da Uefs, o presidente da comissão...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. José de Arimateia: Para concluir.

(Interferência na conexão.)

(...) estudantes da Uefs — entendeu, Sr. Presidente? — e a Câmara de Vereadores de Feira de Santana.

Então, isso é um desgoverno na educação que o governo do estado está implantando no estado da Bahia. Então, nós estamos esperando uma resposta do governador urgente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. José de Arimateia: Não podemos desapropriar uma área de grande importância ambiental para a nossa ciência no nosso município de Feira de Santana.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo ou da Maioria ou o líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

Com a palavra o nobre líder deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, como hoje é uma sessão um tanto o quanto festiva e institucional, não vou usar todo o tempo, presidente, até porque eu fiz um acordo com a Oposição de usar somente os dois últimos tempos, e a Oposição só usou os dois últimos tempos. Acabou que muitos entraram e falaram, o que rompeu um pouco o acordo. Então, vou diminuir muito o que vou falar aqui.

Primeiro, queria dizer que, em relação a essa questão das escolas, o governador convocou uma reunião, inclusive, com a participação do prefeito de Salvador, para que a gente pudesse discutir o retorno às aulas. Já há um calendário pronto com a Secretaria da Educação do Estado e representantes dos diversos municípios, além da Secretaria da Saúde. Nós vamos tratar esta questão.

Ontem, aconteceu, na UPB, uma reunião com os prefeitos para apresentar as condicionantes para a abertura, para o retorno das aulas. O retorno das aulas não

está definido, certo?, o dia ainda. Tem uma nova reunião agendada para sexta-feira. Vou passar, inclusive, para a Comissão de Educação – a deputada Fabíola explicou aí em detalhes –, ou seja, a decisão.

O governador pretende que seja em conjunto, a Base do Governo, a Base da Oposição. Inclusive, tentei falar com o deputado Hilton na sexta-feira, pois ele deve ter percebido diversas ligações que fiz para ele, para que ele também participasse, já que ele é membro da Comissão de Educação, dessa reunião, para que seja uma coisa “consensuada” da Bahia, e não apenas do governo do estado da Bahia. Há um debate ainda a ser feito com a APLB.

Acredito que, com a decisão do ministro Lewandowski, ontem, em relação a fazer com que o governo federal apresentasse um novo calendário, há uma previsão de que se coloque, neste novo calendário, prioridade para professores e servidores da área educacional. Com isso, criaria condições para apressar um pouco o retorno das aulas.

Há outra questão que eu queria pautar aqui para todos os deputados de Governo e de Oposição. Nós precisamos deixar registrada a indignação dos baianos e das baianas de ver a Refinaria Landulpho Alves ser privatizada, ser vendida num espaço extremamente curto de tempo sem um debate com a sociedade. Essa refinaria é anterior à Petrobras. E, realmente, é uma tristeza, é lamentável.

Ouvi hoje o radialista Mário Kertész falar exatamente sobre esse tema, ou seja, uma refinaria que está sendo vendida não com o espírito de desenvolver o país, mas na linha contrária, no sentido de redirecionar o refino, fazendo com que nós tenhamos de importar os produtos derivados de petróleo de outros países, o que diminui consideravelmente a riqueza brasileira.

A Petrobras apanhou bastante.

Quando o ex-presidente José Sérgio Gabrielli adquiriu uma refinaria em Pasadena, no Texas, no coração da área de petróleo dos Estados Unidos, essa refinaria estava dentro das perspectivas de desenvolvimento do Brasil, e nós fomos questionados. E agora é o Brasil que vende para um *cluster* estrangeiro.

Às vezes a gente é pego de surpresa e a sociedade não se manifesta, não há uma posição da organização das instituições da sociedade civil. Por isso eu queria deixar registrado aqui e pedir, obviamente que em nome de todos os deputados e deputadas da Casa, uma manifestação sobre a forma, sem um debate mais efetivo, da venda da Refinaria Landulpho Alves.

E, por último, presidente, além de parabenizá-lo pela ascensão a esse cargo de presidente, junto com toda a Mesa Diretora da Casa, como é a primeira sessão que V. Ex.^a preside, quero, aqui, também em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, dizer do nosso orgulho porque amanhã esse partido faz 41 anos de existência, partido que mudou a cara do Brasil, que tem um histórico de política para o desenvolvimento da sociedade, principalmente buscando o desenvolvimento das pessoas que mais precisam.

Quero convidar todos os deputados e deputadas para, amanhã, às 19 horas, acompanharem no *site* do PT um tema, ou seja, a comemoração pelos 41 anos de

existência do PT, com a participação do ex-presidente Lula, de diversas lideranças do nosso partido, que comemoram os 41 anos desse partido que orgulha a mim e a muitos brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

Eu agradeço a todos os colegas, agradeço a Deus em primeiro lugar, a todos os deputados e deputadas e peço que tenham um pouco de paciência. Apesar de estar aqui há muitos anos, como presidente é o primeiro dia, é a primeira sessão. Claro que erros virão. Então, eu peço já de antemão desculpas aos colegas por possíveis erros que cometerei até ficar craque igual ao amigo Nelson Leal e a outros presidentes que passaram aqui, por esta Casa.

Antes de passar a palavra ao amigo deputado Paulo Rangel, vice-presidente desta Casa, eu gostaria de saber do deputado líder Rosemberg se V. Ex.^a tem algum acordo anunciado com o deputado Sandro Régis, antes de colocar na Ordem do Dia os projetos que estão em pauta aqui.

Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, eu só queria que V. Ex.^a repetisse, porque houve aqui um ruído na sintonia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a me ouve?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Estou ouvindo agora.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Inicialmente, eu já pedi desculpas a todos os colegas por possíveis erros, claro, até me ambientar aqui, na Presidência, apesar de ter muito tempo aqui, na Casa...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O presidente não erra, o presidente comete descuidos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ainda bem.

Então, queria saber de V. Ex.^a, antes de colocar os projetos em votação, se há algum acordo entre V. Ex.^a e o líder deputado Sandro Régis.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, veja, há, sim. Conversei com o deputado Sandro Régis e a ideia é que a gente vote inicialmente, logo, os decretos de calamidade para evitar qualquer tipo de intercorrência no meio dos processos. Os dois projetos, o projeto do palácio e o projeto dos monitores, não há nenhum problema em relação a eles. Mas ele fez um questionamento ao projeto que diz respeito à atualização da Lei de Licitações e, com isso, no momento adequado nós tiraremos todas as dúvidas, se conseguirmos chegar até lá.

Queria aproveitar para fazer um pedido especial ao deputado Roberto Carlos porque foi feito um acordo com as federações, os diversos representantes aqui que dialogam com as federações sabem disso... Se o deputado Roberto Carlos pedir vista – e ele tem legitimidade porque ele faz parte da comissão. Eu fui dar uma

olhada no Regimento aqui –, obviamente que isso implicaria que nós não poderíamos ir para o projeto seguinte porque o projeto estará sobrestando.

Queria pedir a ele que acreditasse e voltasse a falar com o presidente da federação nesse intervalo, porque o acordo foi firmado. A federação apenas quer um documento assinado como se o Palácio dos Esportes fosse propriedade da federação e o lugar para onde ele vai é propriedade da federação, o que não são, são concessões do estado, ou seja...

E o governador teve todo o cuidado de dialogar com as diversas federações, através dos órgãos do governo do estado.

E ele apenas pode impossibilitar a votação dos demais projetos se pedir vista.

Mas eu faço esse apelo ao deputado Roberto Carlos: ligar para o presidente da federação, obviamente, porque o acordo existe. Ele, o presidente, apenas não acredita na palavra, talvez, nossa, do governo e quer que haja um documento assinado, o que eu acho, na minha opinião, que não é uma coisa bacana com quem está fazendo toda essa discussão.

Retiramos esse projeto em dezembro, para dar tempo de as federações conversarem, a pedido do deputado Robinson, do deputado Bobô e do próprio deputado Roberto Carlos na época. Retiramos, gerou todo esse debate.

Mas é lógico que o deputado Roberto Carlos tem legitimidade para pedir vista, mas eu peço vênia a ele aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, antes de colocar na Ordem do Dia, passo a palavra ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sr. Presidente, eu também quero parabenizá-lo nesta primeira sessão que V. Ex.^a preside, e quero desejar sucesso a V. Ex.^a e à toda Mesa Diretora. E dizer que é um orgulho ter sido escolhido pelos meus pares para fazer parte desta equipe. Mas, presidente, a minha questão de ordem vai na direção do ordenamento real dos trabalhos, levando, inclusive, em consideração, aspectos da atual situação em que nós vivemos.

Por falar em ordem dos trabalhos, para ser sincero, eu só vi acontecerem na verdade duas questões de ordem. Uma questão de ordem do deputado Roberto Carlos, que foi colocada de forma intempestiva, não era ainda o momento para que ele a colocasse. E a questão de ordem do deputado Alan Sanches.

Quero aqui também pedir um pouco de paciência dos deputados, porque eu lembro o apelo que o deputado que sucedeu V. Ex.^a, deputado Nelson Leal, fez, chamando a atenção, inclusive, para o risco que toda a equipe que conduz esse trabalho na Assembleia, para que essa sessão ocorra de forma remota, passa a correr para que essas sessões elas tenham uma celeridade maior.

Mas eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que eu não posso, até porque eu sou uma pessoa disciplinada, sem querer ser chato, mas ao mesmo tempo sendo... É que nós estamos aqui terminando, inclusive, cometendo injustiças com os colegas, porque eu vi questões de ordem serem solicitadas. Eu acho que os deputados podiam ter se dirigido, inclusive, aos líderes dos blocos e solicitado um determinado tempo, mas, à medida que vários deputados concordam em ter seus

tempos ceifados, e a gente sabe, inclusive, que alguns debates são introduzidos – e, quando são introduzidos, eles têm uma certa carga ideológica –, se cometem, inclusive, injustiças que podem ser cometidas com um bloco ou com outro, até porque vai faltar o contraditório. Então, isso não é correto.

Então, eu gostaria que fosse feito... Eu vi muito discurso. Foi como se o Pequeno Expediente tivesse o seu tempo invertido, ele tivesse começando a acontecer no meio da sessão. Não quero aqui repreender nenhum deputado, acho que as falas foram falas brilhantes, mas eu queria pedir a paciência, a solidariedade e o respeito aos demais deputados que acataram o posicionamento dos líderes.

Era essa a minha questão de ordem.

Agora, só para finalizar, eu votarei, inclusive, com o projeto, caso o deputado Roberto Carlos não peça vista, mas eu queria discordar um pouco do deputado Rosemberg. Se eu fosse presidente da federação também, e esse é um papel formal, eu queria um documentozinho escrito de Rosemberg, assinado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concluiu, deputado?

Deputado Paulo Rangel, eu ouvi todas as questões de ordens, que não eram questões de ordens. Esse é um eterno problema, aqui na nossa Casa, que nunca se chega a um termo. Para não ser indelicado, na minha primeira sessão, eu não quis fazer esse comentário. Para mim, de questão de ordem praticamente nós não vimos nada. Vimos discursos, o que também é justo por ter passado o tempo para os líderes, e não serem concedido esses tempos.

Então, com a palavra, o deputado líder da Minoria, o deputado Sandro Régis. (Pausa) Deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Pois não! Está escutando, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora melhorou, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Oi!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Melhorou.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, a minha questão de ordem. Primeiro, nós concordamos em fazer a inversão de pauta para que votássemos logo os projetos dos municípios em relação às calamidades; segundo ponto, o deputado Rosemberg falou dos projetos dos monitores, desse projeto nós não tratamos. Eu acho que o deputado Rosemberg falou comigo, mas esse projeto não está pautado para ser votado hoje, se não me engano.

Hoje, nós temos três projetos para serem votados, que são o projeto da federação, o projeto da questão da alteração da adequação da lei das licitações e o projeto do estado de calamidade. Então, em cima desses três projetos, a Oposição fará a sua votação.

E o terceiro ponto, Sr. Presidente, que eu queria pedir a V. Ex.^a, é que na questão do projeto sobre o qual eu conversei com V. Ex.^a mais cedo, na Presidência, e liguei, tendo cuidado com o próprio deputado Rosemberg, realmente a Oposição não está segura em votar o Projeto nº 24.033, da questão das operações da licitação. Então, eu peço a V. Ex.^a que quando esse projeto entrar em pauta para ser votado,

o líder Rosemberg dispense um pouco de seu tempo para tentar esclarecer as dúvidas de diversos parlamentares de nossa bancada.

Era essa a nossa questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro Régis.

Então, deputado Rosemberg, pelo acordo nós só temos o de calamidade, que é o Projeto nº 2.930/2021. E se o deputado Roberto Carlos abriu mão do pedido de vista... Deputado Roberto Carlos, V. Ex.^a espera que eu coloque em votação, ou V. Ex.^a já tem um posicionamento?

O Sr. Roberto Carlos: Alô!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Roberto! V. Ex.^a prefere que eu coloque em votação para que V. Ex.^a se manifeste?

O Sr. Roberto Carlos: Eu quero vista do projeto do Palácio dos Esportes, meu presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.! Então, vou dar sequência natural.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.930/2021, da Mesa Diretora, que renova o reconhecimento pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos, que indica, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Designo o relator, deputado Vitor Bonfim.

Deputado Rosemberg, o relator *mor*, deputado Vitor Bonfim não se encontra.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu estou com o projeto de calamidade aqui na mão. Posso fazer a relatoria dele.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao deputado Resemberg Lula Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, nós temos 25 municípios que requereram da Assembleia Legislativa a continuidade do decreto de calamidade pública ou decreto legislativo dado pela Assembleia Legislativa da Bahia.

Entendendo que este projeto é apenas a continuidade dos decretos que nós já aprovamos, não havendo nenhum tipo de inconstitucionalidade, defiro, para a apreciação do Plenário, pela aprovação dos decretos legislativos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, colocarei em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

No âmbito do Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, **por unanimidade, em discussão única.**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 2.930/2021 – Mesa Diretora –
Publicado no DOEL do dia 11/2/2021.**

**Municípios com prazo de reconhecimento de estado de
calamidade pública renovado até 30 de junho de 2021**

MUNICÍPIO	SOLICITAÇÃO (OFÍCIO DO PREFEITO)	ENCAMINHADO ATRAVÉS DO DEPUTADO(A)/MESA
ABARÉ	OF. AL Nº 2.827/2021	MARCELINHO VEIGA
AIQUARA	OF. AL Nº 2.853/2021	MESA DIRETORA
ANDORINHA	OF. AL Nº 2.851/2021	EUCLIDES FERNANDES
ARAMARI	OF. AL Nº 2.856/2021	ALEX DA PIATÃ
BAIXA GRANDE	OF. AL Nº 2.825/2021	DIEGO CORONEL
BARREIRAS	OF. AL Nº 2.859/2021	JUSMARI OLIVEIRA
BUERAREMA	OF. AL Nº 2.834/2021	PEDRO TAVARES
BURITIRAMA	OF. AL Nº 2.648/2021	PEDRO TAVARES
CAMACÃ	OF. AL Nº 2.836/2021	PEDRO TAVARES
CAMAMU	OF. AL Nº 2.829/2021	ROSEMBERG LULA PINTO
CAMPO ALEGRE DE LOURDES	OF. AL Nº 2.860/2021	ZÓ
CANSANÇÃO	OF. AL Nº 2.831/2021	NILTINHO
COARACI	OF. AL Nº 2.830/2021	NILTINHO
CONTENDAS DO SINCORÁ	OF. AL Nº 2.823/2021	IVANA BASTOS
FIRMINO ALVES	OF. AL Nº 2.849/2021	EUCLIDES FERNANDES
ITAMARAJU	OF. AL Nº 2.852/2021	TIAGO CORREIA
ITAMARI	OF. AL Nº 2.857/2021	MESA DIRETORA
ITIRUÇU	OF. AL Nº 2.835/2021	DAL
JEREMOABO	OF. AL Nº 2.858/2021	NILTINHO
JITAÚNA	OF. AL Nº 2.850/2021	MESA DIRETORA
JUAZEIRO	OF. AL Nº 2.826/2021	TIAGO CORREIA
LAFAIETE COUTINHO	OF. AL Nº 2.854/2021	MESA DIRETORA
NOVA CANAÃ	OF. AL Nº 2.832/2021	ROSEMBERG LULA PINTO
SANTA BÁRBARA	OF. AL Nº 2.828/2021	ALEX DA PIATÃ
SANTA MARIA DA VITÓRIA	OF. AL Nº 2.824/2021	DAL
VALENÇA	OF. AL Nº 2.848/2021	SANDRO RÉGIS

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo é o Projeto Lei nº 24.032/2020, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a alienar bem imóvel de domínio do estado da Bahia que indica e dá outras providências.

Designo como relator o nobre colega, deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Pois não, Sr. Presidente, encontra-se no âmbito (Lê) *“Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei n.º 24.032/2020, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Autoriza o Poder Executivo a alienar bem imóvel de domínio do Estado da Bahia que indica, e dá outras providências.’*

Através do projeto que ora venho relatar, pretende o Poder Executivo obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para proceder a alienação, a título oneroso e mediante licitação, de bem imóvel de propriedade do Estado.

O referido imóvel, denominado “Palácio dos Esportes”, está situado na Avenida Sete de Setembro, Praça Castro Alves, no Município de Salvador, com área do terreno medindo 1.630,24m², e “será destinado à implantação de empreendimento turístico e o produto financeiro oriundo de sua alienação será incorporado às fontes do Tesouro Estadual”, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.

A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria da deputada Olívia Santana, determinando que uma parcela dos recursos arrecadados com a alienação, sejam destinados ao Projeto Lazer Por Toda Parte, gerido pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Opino pela rejeição da emenda, considerando que a referida proposta se imiscui em competência privativa do Governador do Estado, de ordem financeiro-orçamentária, e afeta, por consequência, as fontes do Tesouro Estadual, encontrando, assim, óbice no disposto no inciso III do art. 77 e no inciso I do art. 78, ambos da Constituição Estadual.

Ante o exposto, e considerando que o projeto atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, bem como ante a inexistência de óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões,”

Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Tiago.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como o deputado Roberto Carlos, meio de trás para frente, já se manifestou pelo pedido de vista, concedo vista ao deputado Roberto Carlos pelo período de 48 horas.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.